

INCLUSÃO E DESAFIOS DE ALUNOS DO ENSINO REGULAR DO CAMPO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

SARDO, Marcilene Pinheiro¹
SILVA, Brenda Santos²
ROCHA, Alcilea Maria Ferreira³

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um processo vivenciado em diversas situações no decorrer de experiências do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá – Campus Santana-AP, fator enriquecedor para a construção desta pesquisa. Ao longo da mesma, foi necessário analisar o fator histórico da Educação Especial e Educação no Campo para que fosse feita uma análise entre o passado e o presente das duas modalidades de ensino.

A educação especial, objeto desta pesquisa, que serviu de inspiração para investigação de como seria sua aplicação em uma escola do campo, pois há muitos debates, pesquisas, sobre a mesma, mas quando se trata de escolas campo há poucas referências. A pergunta norteadora desta pesquisa refere-se, a saber: se as escolas do campo fazem o processo de inclusão de acordo com as leis e diretrizes da Educação do Campo?

De acordo com a história, a educação do campo sempre foi desvalorizada e sem apoio público, para fundamentar esta afirmativa foi feito uma pesquisa bibliográfica prévia sobre a educação do campo e pesquisa documental em espaço escolar e na Secretaria de Educação do Estado do Amapá. E para direcionar as observações foram feitas visitas em uma escola com característica campo no município de Santana, sendo uma escola estadual, a fim de identificar se havia prestação de serviços na educação especial e a quem se destinava o atendimento educacional desta escola e se realmente inclui os alunos com necessidades especiais ou se apenas o integram, para então poder compreender os processos de inclusão existentes e o papel do Estado em relação à educação.

Saber se a escola do campo realmente inclui os alunos com necessidades especiais ou se apenas o integram dentro da sala de aula, para então poder compreender os processos de inclusão existentes e o papel do Estado em relação à educação, analisando as barreiras e

¹ Graduanda pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, autor principal sardomarcia@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, autor principal brendassilva10@gmail.com;

³ Professora orientadora: Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, alcilea_maryferreira@hotmail.com.

exclusões vividas e enfrentadas tanto pela educação do campo quanto pela educação especial. Pois a articulação entre ambas é justamente atender as demandas das diversidades enfrentadas, buscando colocar em práticas propostas diferenciadas para aprender a fazer e agir associando a teoria com a prática em seu desenvolvimento para autonomia e dependência dos alunos deficientes da escola do campo.

Os objetivos que irão nortear os processos de pesquisa se pautaram em primeiramente fazer um levantamento bibliográfico e documental sobre escolas Campo do Amapá. Observação e análise de uma escola com característica campo e por fim, diagnosticar como se dá o processo de inclusão escolar em uma escola com características do campo. Esses três objetivos nortearam os passos deste artigo desde suas concepções até os resultados finais.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O desenvolvimento deste artigo se deu em algumas etapas:

Primeiramente, foi feita a pesquisa bibliográfica suporte teórico desta pesquisa pode ser confundida com a pesquisa documental de acordo com Gil (2008): “destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Ela foi importante para delinear a escola campo a ser selecionada para esta pesquisa, assim se buscou uma escola campo com característica ribeirinha, este foi o segundo passo, a sensibilização do olhar.

A segunda etapa foi à pesquisa de campo com análise apenas na observação e documental, prosseguindo com embasamento à teoria deste trabalho fizeram um levantamento de Escolas Estaduais do Campo existentes nos 16 municípios do Estado do Amapá, ou seja, são Escolas localizadas em áreas rurais, verificando o acesso a educação do campo para poder assim compreender se existia ou não o Atendimento Educacional Especializado ou se há ou não inclusão.

Segundo Gil (2007), a pesquisa é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

O objeto pesquisado foi: A Escola Estadual do Campo que está localizada no Município de Santana, com tipologia de escola de zona rural. A Escola atende hoje alunos que

habitam em áreas distintas como: Em terra firme, local de várzea e área litorânea chamada de ribeirinha.

A Escola Estadual do Campo presta atendimento funcionando em dois turnos (manhã e tarde) para uma clientela de 566 alunos, distribuídos nas seguintes etapas e modalidades de ensino: Ensino Fundamental 5 turmas de 6º ano pela parte da manhã, 2 de 7º ano, 2 de 8º ano e 1 de 9º ano, no turno da tarde funciona o ensino médio, sendo estas 2 turmas de 1º ano, 2 de 2º ano e 2 de 3º ano.

A referida escola pertence a uma comunidade composta por famílias de baixa renda na grande maioria de pais autônomos, distribuídos entre catraieiros, agricultores, produtores de polpa, carvoeiros, carpinteiros, pedreiros, pescadores, feirantes, tiradores de açaí e ainda uma pequena minoria de empregados divididos entre funcionalismo público e funcionários do setor privado. Como a maioria dos Pais são autônomos em alguns casos os alunos precisam trabalhar para contribuir na renda familiar.

Como se trata de uma escola pública surgiu mais uma etapa desta pesquisa, a Pesquisa Documental, que tem sua importância em retratar as políticas públicas voltadas para o campo e para a educação especial, como também a relação das escolas públicas estaduais com a Secretaria Estadual de Educação – SEED/AP.

DESENVOLVIMENTO

Para possibilitar uma discussão teórica plausível se faz necessário conhecer alguns conceitos e também como eles foram se constituindo no decorrer da história da sociedade, assim, primeiramente irá se apresentar as lutas dos Movimentos Sociais por uma educação do campo; o conceito de educação do campo; o diferencial das escolas do campo; e para proporcionar uma discussão teórica e compreender a inclusão no espaço do campo se traz os conceitos de educação especial e atendimento educacional especializado.

Conceituação: Educação do Campo

Ao se tratar da educação do campo, principia-se do conceito de Educação do Campo, pois é fundamental para conhecimento de todos e de acordo com a Resolução de nº 56/2017 CEE/AP “Educação do Campo no Sistema Estadual de Ensino compreende a Educação Básica, em suas etapas e modalidades e Educação Superior”. (BRASIL, 2017).

A Educação do Campo tem a essência voltada para a escolarização dos sujeitos sociais do campo, contemplando o trabalho mostrando a importância da relação com o outro, com o

aprender a fazer, a agir unificando a teoria e a prática, e que possa “formar e cultivar identidades, saberes, memórias, valores, autoestima, e que trabalhe os processos educativos de continuidade, mas também de ruptura cultural, de enraizamento e de projeto, de olhar para o passado para construir novas possibilidades de futuro”. (CALDART, 1997, p.11).

O QUE É ESCOLA DO CAMPO?

O Decreto nº 7352/2010 em seu artigo 1º dá um conceito bem claro do que seria escola do campo, e para os efeitos dessa lei “Escola do Campo é aquela situada em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou a que esta situada na urbana, mas que atenda prioritariamente populações do campo” (BRASIL, 2010).

Importante salientar que o art. 5º da Resolução CNE/CEB 1, de abril de 2002 ressalta sobre as propostas pedagógicas das escolas do campo, que tem que respeitar as diferenças e o direito à igualdade e que deve cumprir imediatamente e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (Resolução, 2002)

Educação Especial: Conceito

Quando remetemo-nos ao processo histórico da pessoa com necessidade especial, deparamo-nos com um cenário totalmente caótico, pois são pessoas que vivem as margens da sociedade, são vistas como sendo incapazes, eram mortas, abandonadas, humilhadas totalmente desprovidas de deveres e direitos. Diante disso, faz-se necessário uma abordagem da educação especial para se entender os avanços ocorridos na mesma tanto em seu atendimento quanto no acesso as crianças com necessidades especiais.

Partindo do pressuposto de que, as pessoas com necessidades especiais viveram no passado vários momentos marcados por diversos paradigmas, sofreram completa exclusão no que diz respeito ao exercício da cidadania plena do indivíduo, e em todos os espaços sociais, passando por lutas pelos movimentos sociais que levaram a constituição de leis e amparos legais, que determinaram ao País, Estados e Municípios respeitarem, ampliarem o acesso, possibilitarem serviços de atendimento especializados dentro das escolas, com professores e profissionais habilitados.

E ao se tratar de Educação Especial principia-se do conceito e de acordo com o art. 58 da LDB 9394/1996 educação especial seria a modalidade de educação escolar oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDBEN, 1996)

2.4 Atendimento Educacional Especializado – A.E.E o que é?

O atendimento educacional especializado – AEE “é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP, 2010, p.5).

Portanto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE na perspectiva da Educação Inclusiva tem a função de: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação dos alunos e considerando suas necessidades específicas, esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela”. Dessa forma, as atividades do atendimento especializado devem ser diferenciadas da sala comum, para atender melhor as especificidades dos alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 10)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa partiu justamente de indagações acerca de diagnosticar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais educacionais em uma escola estadual de característica do campo do Município de Santana no Estado do Amapá, pois até então havia apenas experiências vividas nas escolas do meio urbano.

E de acordo com a Resolução CNE/CEB de 03 de abril de 2002, “o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive na cidade”, e foi justamente a partir dos questionamentos de como seria essa inclusão de alunos com necessidades especiais na educação no campo, que despertou o interesse de pesquisar a respeito do tema proposto (BRASIL, 2002).

E diante de tantos fatores enfrentados até hoje pela educação especial inclusiva e pela educação no campo, pode ser observado que a Escola do Campo em que ocorreu a pesquisa demonstra preocupação com o processo de desenvolvimento intelectual dos alunos com necessidades especiais, e incluem não apenas nas salas de aula, mas também em todas as atividades da escola. E, que acima de tudo, os respeitam e proporcionam uma educação de qualidade visando torna-los indivíduos produtivos e inclusos na sociedade em que vivem.

A Escola do Campo juntamente com o Atendimento Educacional Especializado desenvolve ao longo do ano letivo diversos projetos que visam à inclusão dos alunos com necessidades especiais em todos os projetos do ano letivo. Onde a escola trabalha a diversidade de seus alunos, para que todos conheçam e entendam a individualidade e especificidade de cada um, com conscientização do respeito ao próximo, a sua cultura, crenças, sua necessidade educacional, compreendendo que todos estão juntos por uma educação inclusiva de qualidade.

Os projetos e as atividades foram uns dos fatores que mais chamaram a atenção em relação à pesquisa, pois os mesmos são instrumentos para a busca de melhoria na qualidade de vida dos alunos, de forma organizada e planejada para melhor atendê-los. E os projetos e atividades que a escola promove existe justamente para garantir habilidades nos alunos, habilidades em formar indivíduos capazes de ter autonomia e questionamentos para as suas atividades dentro e fora do âmbito escolar.

Incentivar a ampliação das experiências na educação do campo tanto para os professores quanto para os alunos é fundamental no processo de aprendizagem dos mesmos, pois assim as trocas de conhecimentos e saberes irão fortalecer a educação dentro da sala de aula. E a interdisciplinaridade que existe na escola do campo em que a pesquisa foi realizada, percebeu-se que os professores estão em sintonia através de troca de saberes e diálogos quando formulam os projetos e atividades da escola, visando incluir todas as disciplinas existentes.

E a interdisciplinaridade vem justamente para “ficar mais claro que quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos”, e é com o objetivo de unir saberes e disciplinas que a escola trabalha para desenvolver seus projetos e suas atividades (BRASIL, 2000, p.75).

O inciso I do art. 1º do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 “garante um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades”. Diante do que foi exposto no inciso a Escola Estadual do Campo é uma escola inclusiva, a mesma oferece a todos os alunos sem distinção igualdade e oportunidade a todos, contemplando com isso, o pleno desenvolvimento intelectual e sua preparação ao mercado de trabalho.

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às peculiaridades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das

comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizada. (BRASIL, 2010)

Quanto a todos os requisitos mencionada acima constatou-se que a matriz curricular não atende as peculiaridades dos alunos do campo, ou seja, todo e qualquer assunto abordado em livros didáticos nas escolas da cidade são os mesmos que circulam na escola do campo, o que o professor faz é só adaptar o conteúdo a realidade do aluno do campo.

O art. 208 da Constituição Federal ressalta que: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

O § 2º em seu art. 58 da LDB 9.394/96 ressalta que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (LDB, 1996)

O art. 4 da LDB salienta sobre o dever do Estado com educação escolar pública que será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Diante das análises documentais foi observado que em todas as Escolas Estaduais do Campo existentes nos 16 municípios do Estado do Amapá existe o Atendimento Educacional Especializado, porém muitos alunos são matriculados no sistema regular, mas não são matriculados no Atendimento Educacional Especializado-AEE.

Mediante ao art. 208 em seu inciso III a Escola Estadual do Campo realiza Atendimento Educacional Especializado, assim como a Lei garante, oferecendo em seu próprio espaço uma sala que faz o processo de atendimento, assim como reafirma o § 2º do art. 58 da LDB 9.394/96, e também garante a realização deste atendimento de forma gratuita como ressalta o art. 4 inciso III da LDB 9.394/1996, inclusive a mesma realiza os atendimentos aos alunos na hora das aulas, devido os pais não poderem trazê-los no contra turno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a educação do campo passou e passa por diversas transformações em relação à educação inclusiva e especial, e que são grandes os desafios que foram e

continuam sendo enfrentados na perspectiva de superação imposto pelo sistema capitalista, e essas superações é motivo de orgulho na construção de identidade e de desenvolvimento de suas histórias. E não se pode deixar de explicar os avanços conquistados pela construção dos exemplares e das práticas de Educação no Campo, que mesmo enfrentado diversas barreiras tem conseguido novos territórios de esperança e muita conquista ao longo da história.

Acredita-se que a escola do campo em que a pesquisa foi realizada, promova qualidade de relações com o outro, autonomia, respeito e igualdade, orientando a ação pedagógica para atender e ampliar as necessidades individuais e coletividade, promovendo sucesso e qualidade em seus trabalhos para uma prática educativa de sucesso. Pois é necessário o fortalecimento do desenvolvimento de uma política de valorização do profissional da escola e de seus alunos, fortalecendo a organização de um todo e de suas relações pessoais e educacionais.

O incentivo para a formação de profissionais exemplares é importante, e isso se percebeu na escola do campo, a preocupação e cuidado para uma educação inclusiva de qualidade, buscando encorajar o aluno a ser dependente e autônomo. Vale ressaltar que a educação tem como objetivos a criação de indivíduos capazes de aprender a questionar, refletir criticamente e buscar ainda mais conhecimentos.

A Escola Estadual do Campo não possui uma estrutura física 100% adaptada para alunos com necessidade especiais, e precisa de muitos ajustes, porém possui um quadro de funcionários muito acolhedor e que fazem os mesmos se sentirem incluídos em toda escola. Diante disso inclusão vai muito além de adaptação na estrutura física da escola, inclusão é respeitar, é entender que todos são iguais sem qualquer distinção.

Portanto, é direito do aluno ter uma educação inclusiva de qualidade, seja este do campo, ribeirinho, indígena, quilombola, a escola tem que se organizar adequadamente para receber este aluno em todos os seus processos educacionais, e é dever de todos garantir este processo de inclusão. Enquanto, que o Estado através da secretaria de educação deve desenvolver projetos que contemplem as escolas urbanas e rurais, fazendo jus ao processo de inclusão do aluno com necessidade especial, e aluno do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal**, de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 05 de setembro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 16 de setembro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994..

BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 25/05/2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 1**, DE 3 DE Abril de 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192. Acessado em 10 de maio de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília DF, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 4, de Outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acessado em: 25/05/2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 7352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf. Acessado em 03 de novembro de 2018.

BRASIL. **Decreto N 7.611**, de 17 de novembro de 2011 – Dispões sobre a educação especial o atendimento educacional especializado e das outras providencias, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Resolução nº 56-CEE**, de 2017. Estabelece diretrizes complementares para funcionamento das Instituições da educação do campo, dos povos das águas e das florestas no âmbito da educação básica e superior no Estado do Amapá e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cee.ap.gov.br/det.php?dm=148>. Acessado em 05 de setembro de 2018.

CALDART, R.S. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999._____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.